

GABINETE DO VEREADOR FLORIANO PESARO
DATA: 11/02/14 – 5' DISCURSO

Lei dos Medicamentos Genéricos completa 15 anos

Sr. Presidente da Câmara Municipal, srs. Vereadores,
telespectadores da TV Câmara, Boa Tarde.

Ontem (10/2), uma conquista sem igual para a saúde do povo brasileiro completou 15 anos: a promulgação da lei nº 9787 de 1999, que viabilizou a produção e o comércio dos medicamentos genéricos no Brasil.

A iniciativa, do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Saúde José Serra, foi responsável pela redução dos custos do tratamento de saúde no Brasil.

A quebra das patentes só foi possível após uma árdua luta contra indústrias, multinacionais e laboratórios farmacêuticos.

Tudo isso para garantir a quebra de patentes e que um medicamento pudesse ser produzido no Brasil por um valor muito menor do que o que era até então cobrado.

É o que faz a Fundação para o Remédio Popular – a FURP, aqui do Estado de São Paulo – por exemplo. A FURP é o laboratório farmacêutico do Governo do Estado e é o mais produtivo laboratório público do País.

Enfim, nobres colegas, com a lei dos genéricos, a economia na compra de medicamento pelo cidadão pode chegar a mais de 70%, dependendo da farmácia em que a medicação prescrita pelo médico é comprada.

Isso significa que mais pessoas passaram a ter condições de seguir uma prescrição médica e melhorar, de fato, sua saúde.

A Lei dos Genéricos é uma ação estruturada e comprometida com a saúde do povo brasileiro. Faz 15 anos que o povo brasileiro conquistou mais esse direito.

Os benefícios alcançados pelos genéricos são inestimáveis – mas cada aposentado que agora consegue comprar o seu medicamento sabe o real impacto dessa medida em sua vida.

Para vocês terem uma ideia, dos dez medicamentos genéricos mais vendidos, sete são destinados ao tratamento de doenças crônicas, como problemas cardíacos, por exemplo.

E houve, ainda, os efeitos colaterais benéficos desta ação:

- os genéricos promoveram forte competição entre as indústrias do setor e ampliaram a disponibilidade de novos produtos.

- Além de funcionarem como um regulador de preço, já que ninguém paga mais o dobro do preço por causa de uma marca.

O povo brasileiro entendeu que o que importa é o princípio ativo dos medicamentos.

Como bem lembrou a coordenadora do Núcleo Social do PSDB, a ex-deputada federal Rita Camata, que acompanhou de perto as negociações para que a Lei fosse aprovada, isso sim é uma ação digna de um governo popular e comprometido com a saúde de seu povo.

Uma política de saúde pública que foi capaz de romper patentes, exclusivas de laboratórios internacionais, não só trazendo medicamentos a um custo menor, mas oferecendo a garantia de tratamento e gerando empregos e divisas para o Brasil.

Muito obrigado.